

# Collor encontra Calha Norte militarizado

MANOEL LIMA  
Correspondente

Manaus — Quando o presidente Fernando Collor chegar hoje a Surucucu, no extremo norte de Roraima — na sua primeira viagem oficial depois da posse —, para avaliar de perto o Projeto Calha Norte, em execução há três anos pelo Exército brasileiro na Amazônia —, verá que o processo de militarização é a grande — se não a única — obra do projeto, como forma de garantir a soberania nacional sobre a vasta região de fronteira do Brasil com os países amazônicos.

O projeto não conseguiu ainda aparar as arestas de críticas e incertezas sobre os seus reais objetivos, e até mesmo o processo de ocupação da fronteira, que inspirou o antigo conselho de Segurança Nacional a criar o programa, não começou a ser executado, a não ser a criação de novos pelotões militares em locais onde não existia o homem branco mas apenas esparsos grupos indígenas, que hoje reclamam da forma como o projeto está sendo implantado em suas terras.

A principal discussão sobre o Projeto Calha Norte é a questão da integração do índio ao programa. Indigenistas, missionários e líderes indígenas não aceitam o projeto por considerá-lo arbitrário, ilegítimo e inconstitucional. Eles querem a sua desativação, por entenderem ainda que a filo-

sófia do projeto é aumentar a presença militar na região, desfigurando a realidade das populações indígenas.

O Projeto terá como área de atuação uma faixa de fronteira de 6 mil 770 quilômetros quadrados, envolvendo parte da região que vai de Tabatinga, passando por Cucuí e Tauareté, no Amazonas, Roraima, ao Iapoque, no Amapá. Nessa faixa de fronteira, o Projeto concebia a instalação de novos pelotões do Exército de reforço de outros já existentes, para atuarem como pólos de atração para a criação de novos núcleos populacionais.

Só que muitos pelotões não estão ainda implantados, a atração aos núcleos populacionais não está ocorrendo, os índios envolvidos com o projeto estão abandonando suas terras. Tudo isso atrasou a execução dos programas de saúde, educação e de preparação da mão-de-obra para as atividades agrícolas junto a essas populações. Implantados em torno das pistas de pouso construídas pelo Ministério da Aeronáutica, os pelotões de fronteira tiveram que ser ocupados por elementos recrutados em outras regiões da Amazônia e até junto às comunidades indígenas da área. "São os próprios índios que procuram se interessar pelo serviço militar", diz o general Taumaturgo Sotero Vaz, chefe do estado-maior do Comando Militar da Amazônia.

## Índio recrutado para soldado

Os antigos pelotões de fronteira, principalmente os de Cucuí e Palmeira dos Índios, sempre tiveram em suas fileiras soldados recrutados das comunidades indígenas vizinhas, como as dos Tikuna, no Alto Solimões, Maku e Tukano, no Alto Rio Negro. São índios na sua maioria aculturados, em permanente contato com a civilização — os militares do Exército e da Aeronáutica — que ao deixarem o serviço militar passam para os seus familiares — irmãos, primos, filhos — o interesse pela caserna, pela vida militar. Os índios incorporados ao serviço militar na fronteira passam a ter novos conhecimentos culturais, de vida, e a conhecer melhor os meandros da civilização. "O serviço militar para o índio é um processo educativo, onde o índio acaba absorvendo ensinamentos sem nenhuma distorção à sua cultura e tradição", observa um militar acostumado a conviver com grupos indígenas na Amazônia.

As lideranças indígenas mais progressistas, ligadas ao Conselho Indigenista Missionário, não aceitaram desde o início a im-

plantação do Projeto Calha Norte. Elas entendem que o projeto é prejudicial aos interesses das comunidades indígenas, por não preservar e demarcar as suas terras. Os líderes indígenas acham que o projeto veio apenas para desfigurar a luta dos índios pela demarcação de suas terras, porque o projeto cria as colônias indígenas em áreas que o Governo Federal, por sugestão do Exército, deverá estabelecer. São áreas menores que as desejadas pelos índios. "O Calha Norte não é bom para os índios e deve acabar", adverte o líder indígena Alvaro Tukano. Ele e seus liderados aceitariam a concepção militarista do projeto de suas terras fossem demarcadas com a desativação das colônias. São idéias e reclamações que certamente o presidente Fernando Collor não ouvirá hoje ao chegar ao pelotão de fronteira do Surucucu. Até porque poucos serão os índios que terão condições de saúde para recebê-lo na pista de pouso, que até bem pouco tempo era propriedade privada dos garimpeiros, que invadiram as terras dos índios Ianomami.

## Atuação vai ser modificada

Se a idéia do presidente Fernando Collor é dar uma nova concepção e filosofia de ação ao Projeto Calha Norte, para ser o grande protetor da Floresta Amazônica, certamente que as críticas à sua execução diminuirão. A dúvida que persistirá é se o Exército brasileiro será chamado para o trabalho da preservação do meio ambiente na faixa de fronteira na Amazônia, onde secularmente, sua principal e única atividade foi criar e cuidar das estratégias militares para preservar a soberania nacional.

O presidente Collor de Mello chega à Base Aérea às 4h35, mas a decolagem ocorre somente às 5h. O avião presidencial deve aterrissar na Base Aérea de Boa Vista às 7h30. Depois das honras militares, às 7h50, ele fará percurso em automóvel aberto para saudar a população. Às 8h30, tem reunião com as lideranças políticas locais.

Às 8h55, Collor de Mello em-

barca no avião Búfalo, da FAB, que deve levar cerca de 50 minutos para percorrer a distância entre Boa Vista e Surucucu, devendo chegar às 9h55. O seu primeiro compromisso será a visita ao Pelotão Especial de Fronteira de Surucucu. Ele deve receber as honras militares, e assistir à exposição sobre o Projeto Calha Norte. Depois visita as instalações militares.

Em seguida, visita o Posto Indígena da Funai e faz sobrevôo sobre a área, para conhecer as pistas interditadas, que eram utilizadas pelos garimpeiros. Ele almoça em Surucucu, e retorna para Boa Vista, onde deve chegar às 15h10. Embarca de volta a Brasília às 15h45.

O Projeto Calha Norte foi lançado pelo ex-presidente José Sarney em 1985, para proteger as fronteiras do País, através da implantação de vilas, quartéis, pistas de pouso etc.

## Ibama elabora projeto de preservação da Amazônia

A Amazônia tem a sua vocação natural própria e é perfeitamente possível compatibilizar o seu desenvolvimento econômico e social sem agredir o meio ambiente. É esse o grande desafio que o presidente do Ibama, Werner Zulauf, começa a enfrentar, seguindo a orientação do novo governo.

Em sua primeira conversa radiofônica com a população da Amazônia, através do programa semanal "Natureza Viva", veiculado pela Rádio Nacional Amazônia, Zulauf deixou claro que a cobertura vegetal da região é intocável. Não poderá ser removida nunca, sob pena de alterar todo o equilíbrio regional.

A preservação da cobertura florestal, uma das principais prioridades de sua administração no Ibama, poderá entretanto, ser perfeitamente compatível com o modelo de vida, de desenvolvi-

mento econômico e social que se pretende para a Amazônia. A prioridade do Ibama defende a adaptação e o desenvolvimento das terras que espontaneamente aconteceram e se tornaram fonte de sobrevivência para os povos amazônicos. "Eu me refiro de uma forma especial à exploração da castanha, do açaí, da seringueira, do cacau, da pesca. Há inúmeras atividades econômicas que podem ser desenvolvidas na Amazônia. O que nós devemos dar assistência é no sentido de aumentar a produtividade e dar maior qualidade de vida às populações da região", afirma.

Ele concorda em que não pode ter predominância na Amazônia a agricultura tradicional. A criação extensiva de gado, grandes plantios de soja, milho e feijão, evidentemente, não tem lugar na Amazônia.